

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019 (DO SR. JOSÉ NELTO)

Requer a realização de Mesa Redonda no Município de Rio Verde, Estado de Goiás, para debater sobre a crise no setor elétrico de Goiás.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Mesa Redonda no Município de Rio Verde, Estado de Goiás, para debater sobre a crise no setor elétrico de Goiás.

Solicito, ainda, que sejam convidadas a participar da solenidade em questão as seguintes autoridades:

- Excelentíssimo Senhor **Bento Albuquerque**, Ministro de Estado de Minas e Energia;

- Excelentíssimo Senhor **André Pepitone da Nóbrega**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;

- Excelentíssimo Senhor **Paulo Faria do Vale**, Prefeito de Rio Verde/GO;

- Senhor **Idelson Mendes**, Presidente da Câmara Municipal de Rio Verde/GO;

- Senhor **Abel Rochinha**, Diretor Presidente da Enel Distribuição Goiás;

- Senhor **Antonio Chavaglia**, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Rio Verde/GO – ACIRV;

- Senhor **Ivo Marques de Moraes Jr**, Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO;

- Senhor **Luciano Paganini**, Presidente da Associação dos Granjeiros e Integrados em Terminação da Perdigão, de Rio Verde/GO – Aginterp;

- Senhor **Luciano Jayme Guimarães**, Presidente do Sindicato Rural de Rio Verde/GO e;

- Senhor **Eduardo do Prado Lôbo**, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Rio Verde – CODERV;

- Representante a ser indicado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO, Comarca de Rio Verde;

- Representante a ser indicado pelo Ministério Público do Estado de Goiás – MPGO, Comarca de Rio Verde; e

- Representante da Polícia Rodoviária Federal, Unidade Operacional de Rio Verde/GO;

JUSTIFICAÇÃO

Em 30 de novembro de 2016, ocorreu o leilão de desestatização da Celg Distribuição S.A. - CELG D. A empresa Enel Brasil S.A, subsidiária da italiana Enel, foi a vencedora do certame, com lance único de R\$ 2,187 bilhões, para aquisição de 94,84% do capital social da empresa, representado por ações pertencentes à Eletrobrás e à Celgpar, esta última de propriedade do Estado de Goiás. A aquisição se deu com ágio de 28,03% em relação ao preço mínimo. A liquidação do leilão e assinatura do contrato de compra e venda de ações se efetivaram no dia 14 de fevereiro de 2017.

A CELG D é a concessionária de distribuição de energia elétrica responsável pelo atendimento de 237 municípios do Estado de Goiás, o que corresponde a mais de 98,7% de seu território.

Destacamos que, anteriormente ao referido leilão de privatização, foi realizado processo de federalização da companhia, finalizado em março de 2015, quando o controle acionário passou para a Eletrobrás, com 51% das ações. Por sua vez, em 14 de maio de 2015, por intermédio do Decreto nº 8.449, a CELG D foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND). Em conformidade com essa norma, o Ministério de Minas e Energia (MME) ficou responsável pela execução e acompanhamento do processo de desestatização, enquanto coube ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contratar os serviços e prover o apoio técnico necessários.

Quanto à qualidade do serviço prestado, após a empresa Enel assumir a CELG D, constatamos que, de acordo com informações da Aneel, houve piora dos indicadores de continuidade do final de 2016 para 2017, sendo que a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) passou de 29,55 horas para 32,29 horas e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) subiu de 18,9 vezes para 19,2. Por sua vez, os indicadores coletivos de conformidade do nível de tensão mostraram o aumento da duração das transgressões, que passaram de 0,41, em 2016, para 1,00 em 2017. Finalmente, os tempos médios de atendimento também se deterioraram depois da desestatização, uma vez que a soma dos tempos médios de deslocamento, preparação e execução aumentou de 299,7 minutos em 2016 para 489,0 minutos em 2017.

Na mesma linha, periódicos noticiaram que a referida distribuidora de energia estaria dificultando a instalação de novas indústrias em Goiás¹.

Entre os Municípios goianos que estão sendo prejudicados com as constantes falhas na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, merece destaque o de Rio Verde. São diversos os relatos de munícipes dessa localidade que dão conta da precariedade do serviço prestado pela referida distribuidora – Enel Goiás, sobretudo na zona rural, ocasionando em recorrentes quedas no fornecimento de energia por longas horas.

¹ <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/enel-esta-dificultando-a-instalacao-de-novas-industrias-em-goias-diz-governador-162695/>

É nítida a necessidade de adequação do fornecimento de energia elétrica prestada pela Enel, de modo a elevar a prestação do serviço público essencial de distribuição de energia elétrica.

Assim, dada à importância da pauta, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputado **JOSÉ NELTO**
(PODE/GO)